**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DETAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER O PL 0123.0/2018, QUE DISPÕE SOBRE A DEFESA SANITÁRIA VEGETAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 4 DE JULHO DE 2019, ÀS 19H, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Luiz Cláudio Rufino)** —Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início a este evento convocado pelo Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o excelentíssimo senhor Deputado Estadual José Milton Scheffer, o qual fez o requerimento desta audiência pública, que tem por objetivo oportunizar um momento para debater o PL 0123.0/2018, que dispõe sobre a defesa sanitária vegetal no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Convidamos, para compor a mesa, as seguintes autoridades: Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual José Milton Scheffer; Presidente da Câmara Municipal de Sombrio, Vereador Adenir Duarte; Secretário Adjunto de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural de Santa Catarina, Ricardo Miotto Ternus; chefe do Núcleo de Sanidade Vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Superintendência Federal de Santa Catarina, Caio Cesar Simão; gestor do Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal (Dedev), Alexandre Mees, representando a Companhia Integrada Agrícola de Santa Catarina (Cidasc); gerente regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Edson Borba Teixeira; Vice-Prefeita de Sombrio, Gislaine Cunha, representando o Prefeito Zênio Cardoso; presidente da Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense (Coopersulca), Arlindo Manenti; presidente do Sicoob/Credija do Município de Jacinto Machado, Wolni José Walter; presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sombrio e Balneário Gaivotas, Ângelo Duarte; e presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Jacinto Machado, Antônio José Porto (Toninho). (*Palmas.*)

Registramos a presença das seguintes autoridades: engenheiro agrônomo da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Sul Catarinense (Aeasc), Renê Kleveston; presidente da Associação Comercial e Industrial do Município de Sombrio, Gustavo Veiga; Vereador do Município de Sombrio, Fernando da Silva Pereira; técnico agrícola da Epagri do Escritório Municipal de Balneário Gaivota, Natan da Rosa Porto; Secretário Municipal de Agricultura de Sombrio, Joelmo Silveira; Secretária Municipal de Pesca e Agricultura de Laguna, Patrícia Paulino; Vereador do Município de Sombrio, Edson Martins da Rosa; tecnólogo em Agricultura Familiar da Uneagro/SC, Felipe Uberti; engenheira agrônoma da Uneagro/SC, Cristine Lopes de Abreu; Secretário Municipal da Agricultura de Maracajá, Luiz Ivalnei Martinello; Secretário Municipal de Obras de Sombrio, Nego Gomes; presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sombrio e Balneário Gaivotas, Ângelo Duarte; Vereador do Município de Sombrio, Vilmar Damineli; Vereador do Município de Sombrio, José Eraldo Soares; Vereador do Município de Sombrio, Juvenil Manoel Colares; assessor parlamentar Alex Bianchini, representando o Deputado Estadual Rodrigo Minotto; presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Jacinto Machado, Antônio José Porto; presidente da Cooperativa dos Produtores Orgânicos Catarinenses (Coopervida) e representando a Associação dos Produtores Orgânicos dos Aparados da Serra, Ezequiel Martins dos Santos; e engenheiro florestal e inspetor do Crea/SC, Jonatas Davi Stiegemeier. (*Palmas.*)

O Cerimonial convida o excelentíssimo senhor Deputado Estadual José Milton Scheffer para proceder à abertura oficial da audiência pública e presidir os trabalhos.

Uma ótima audiência pública, boa noite a todos e a todas.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)**—(*Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.*)

Inicialmente, quero convidar para compor a mesa o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sombrio e Balneário Gaivotas, Ângelo Duarte; o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Jacinto Machado, Antônio José Porto, o Toninho; e o vice-presidente da Cooperja, do Município de Jacinto Machado, Antônio Moacir De Noni, representando o presidente da Cooperja, Vanir Zanatta.

Gente, de maneira bem objetiva, quero dizer que esta é uma noite de trabalho, de debate. A Comissão de Agricultura aprovou três audiências públicas, nas quais nós queremos ouvir todos, e desta reunião será feita uma ata que será entregue a todos os Deputados membros da Comissão de Agricultura e subsidiará, por meio do debate, da opinião, daquilo que nós ouvirmos aqui, a votação final desta lei lá na Comissão de Agricultura.

A legislação da Defesa Sanitária Vegetal é um pleito antigo e vinha sendo trabalhada, anteriormente, pelos técnicos, mas era um anseio de diversos produtores. Particularmente, no início de 2018, aqui em Sombrio, nós fomos procurados por um grupo de produtores de maracujá. E depois, instigados também por alguns técnicos da Cidasc e da Epagri, [fomos procurados] para solicitar ao governo do Estado um projeto de lei da Defesa Sanitária Vegetal, principalmente aqui na região, com foco em problemas sanitários da doença, da virose do maracujazeiro, que estava ameaçando os produtores. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

A partir daquela demanda, nós buscamos contato e tivemos uma reunião com o Rodrigo – ele ainda gerente da Cidasc – lá no nosso gabinete. Depois buscamos contato com a Secretaria da Fazenda e a Casa Civil do governo do Estado, porque esta lei tem de ter iniciativa do Poder Executivo, tem que ser dele. A partir disso, a lei começou a tramitar na Assembleia no final no ano passado. Sabendo-se que é uma lei importante, complexa, passou na Comissão de Constituição e Justiça no ano passado e, recentemente, nós a relatamos na Comissão de Finanças.

Decidimos fazer um debate com o setor agrícola, ouvir os técnicos, os produtores, as lideranças ligadas ao segmento, e não só aqui em Sombrio, também vamos ouvir os produtores de maçã e de pínus, principalmente reflorestadores em São Joaquim. Também queremos ouvir [o setor] da fruticultura, principalmente; na área da banana vamos ouvir lá em Massaranduba e aqui também, porque é uma legislação que interessa a diversas culturas. Inclusive esta semana fui procurado, Miotto, pelos produtores de soja, que também têm interesse na questão dessa legislação a fim de impor medidas fitossanitárias que interessam para a sustentabilidade da cultura.

Esse é um projeto de lei cujo objetivo é dotarmos o Poder Público estadual de legislação, de regramento, que permita estabelecer uma política sanitária na área vegetal. Isso hoje se tornou imperativo para Santa Catarina, sem ela a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) não tem condições de ter soberania, atualmente, em termos de políticas nessa área de sanidade vegetal. Santa Catarina precisa de ferramentas de proteção da sua produção agrícola. Hoje nós já temos um instrumento na área de proteína animal muito forte que nos diferencia, mas na área vegetal não temos isso, e o futuro de Santa Catarina é produzir produtos que agreguem valor, produtos de alta especialização pela formação dos nossos agricultores, pela característica da agricultura familiar. Cada vez mais nós vamos precisar ter um mecanismo que nos diferencie de outros Estados e até mesmo de outros países.

Além disso, sem essa legislação... Hoje nós estamos aqui falando do maracujá, mas poderíamos falar da macieira também — o maracujá é uma cultura que já percorreu o Brasil inteiro. Aqui em Santa Catarina, há alguns anos a região de Araquari era a maior produtora de maracujá; hoje, para acharmos uns 10 hectares, 20 hectares [é difícil]. [A escassez do] plantio de maracujá foi fruto de não se ter na época uma política de defesa sanitária, acabou sendo impeditivo para o cultivo naquela região, e hoje aqui também temos essa preocupação com a nossa região.

A ideia da Comissão de Agricultura é incluir neste debate o setor produtivo, por isso convidamos todos os senhores. Aliás, também quero agradecer pela presença do Gustavo, que é presidente da Associação Comercial e Industrial de Sombrio (Acis). Quero dizer que cada um tem a sua contribuição a dar e o nosso objetivo é ouvi-los e fazer com que vocês conheçam a lei. Será feita uma explanação sobre ela, vamos ouvi-los neste debate e, depois, subsidiaremos a redação final da legislação na Comissão de Agricultura.

Na Comissão de Finanças e Tributação, Miotto, já foram feitas algumas emendas, principalmente na área de reflorestamento para adequar à legislação federal que já havia excluído a vespa da madeira como praga quarentenária aqui em Santa Catarina; nós fizemos algumas emendas para adequar. Mas é muito importante a participação de todos, a visão dos técnicos, dos produtores. Falei isso somente para contextualizar o porquê estamos aqui hoje e a importância da participação de cada um dos senhores.

O maracujá, Miotto, é uma das culturas mais importantes aqui no sul do Estado; ela entrou na área da diversificação da fumicultura e hoje tem uma importância econômica crucial para a agricultura familiar. Tanto é que estamos aqui com diversos representantes, inclusive envolvendo cooperativas e lideranças do setor, empresários, porque ela gera emprego, aquece a nossa economia e é estratégica para todo o sul do Estado. Estamos chegando próximo (você tem este conhecimento melhor do que eu) a quase 2 mil hectares cultivados, desde Laguna até Passo de Torres.

Neste momento, passo a palavra ao Presidente da Câmara de Vereadores de Sombrio, o Vereador Adenir Duarte.

**O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SOMBRIO (Vereador Adenir Duarte)** — Boa noite a todos. Quero cumprimentar o Deputado Zé Milton, a Vice-Prefeita Gislaine e, em nome deles, estendo os meus cumprimentos a todas as autoridades da mesa.

Quero desejar boas-vindas a todos e que esta audiência seja produtiva. Trata-se de uma cultura que é o carro-chefe da nossa região, Zé Milton. Hoje o maracujá está predominando; nós sabemos que de uns tempos para cá está sendo uma das culturas que está tomando a frente da agricultura do nosso Município e da região.

Então quero desejar a todos uma boa reunião. A Casa está à disposição de todos, como falei para o Deputado; estamos aqui a fim de ajudar, de somar no que for melhor para todos da região.

Muito obrigado a todos pela presença e tenham uma boa reunião.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** — Obrigado, Presidente.

Para que a reunião seja produtiva, agora vamos ouvir a palestra do Secretário Adjunto da Agricultura, o Ricardo Miotto – para nós é uma honra tê-lo aqui em Sombrio. Ele sempre trabalhou na origem dessa lei e tem até uma história bonita aqui na Câmara de Vereadores (ele estava me lembrando disso). Em seguida vamos convidar o Alexandre para apresentar alguns artigos da legislação e, depois, os demais que estão na mesa poderão se manifestar já com o conhecimento do encaminhamento que será feito, o que vai facilitar o pronunciamento de todos.

Passo a palavra ao Secretário Adjunto de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural de Santa Catarina, o senhor Ricardo MiottoTernus.

**O SR. SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO RICARDO MIOTTO TERNUS (SC)** — Boa noite a todos e a todas.Quero cumprimentar o Deputado José Milton e, em nome dele, estendo os cumprimentos a todas as autoridades da mesa. Quero saudar especialmente as senhoras e os senhores produtores que estão aqui, os empresários e todas as lideranças do setor.

De maneira bem informal, Zé, eu quero dizer que me sinto bastante confortável aqui no sul do Estado. Apesar de não ter nascido na região, fiz minha vida aqui, resido no sul do Estado, trabalho aqui desde 2008, enfim, sinto-me muito confortável na região.

Eu lembrava o Deputado Zé que em 2016, como engenheiro agrônomo da Cidasc e responsável pelo Departamento de Sanidade Vegetal, fui convidado pelos colegas da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), principalmente pela pesquisa e extensão — eu cito aqui o nome do Henrique e do Darlan —, para uma reunião aqui nesta sala. Não sei se tinha o mesmo número de produtores, mas tinha muita gente aqui e, na época, eu lembro de ter sido cobrado de maneira bastante dura para que a Cidasc se manifestasse e editasse uma portaria para regulamentar o vazio sanitário do maracujá. Então tive que dizer que não iria fazer e que não teria como [fazer uma portaria], o que decepcionou muita gente na época, inclusive os técnicos. Só que fizemos a justificativa do porquê não poderia editar uma portaria; não sou advogado, mas me atrevo a dizer que toda portaria precisa de uma plataforma, precisa de um marco regulatório para dar solidez a ela. A portaria nada mais é do que o esclarecimento de algum artigo da lei para que se clareie como vai ser executado esse artigo e, bom, não existe lei. Então foi isso que eu defendi naquela época, e instiguei os senhores e as senhoras a procurar as lideranças.

E aqui tenho que fazer um parêntese muito especial ao Deputado Zé Milton, porque ele foi decisivo para que estivéssemos aqui hoje. Nós encaminhamos este projeto de lei que foi construído pela Cidasc, sim, mas como fizemos diversas audiências públicas com os setores, não é mesmo, Zé — o setor da banana, o setor do maracujá, o setor da maçã, o setor madeireiro —, construiu-se essa proposta. O próprio Ministério da Agricultura participou, não é, Caio, com subsídios, e então chegamos a essa proposta que tramitou no governo passado, mas chegou no final do ano foi arquivada. Vou ser bem sincero com os senhores e com as senhoras: eu não via muita expectativa disso ocorrer. Acho que troquei muitas mensagens com o Henrique e com o pessoal da maçã a respeito disso, o Moisés com um executivo da Business Process Management (BPM), com a Eliane, do setor da banana, porque eu não tinha mais esperança disso prosseguir. E um dia eu estava chorando uma pitanga para o Léo Kroth, que é um colega engenheiro agrônomo da Epagri, e eu disse para ele: “Léo, eu tenho uma coisa aqui importante e estratégica para o Estado e não consigo andar.” Ele ligou para o Deputado Zé Milton, fomos lá, expliquei a situação para o Deputado e na mesma semana ele esteve na Casa Civil, colocou o projeto embaixo do braço, trouxe para a Assembleia, enfim, fez andar [o projeto], e hoje nós estamos aqui.

Então, Zé Milton, eu tenho que fazer um agradecimento muito especial a você pelo teu comprometimento com a agricultura. Apesar de o Zé ser Deputado, ele também é engenheiro agrônomo, conhece isso; logo, é muito fácil lidar com a parte técnica quando a gente tem pessoas comprometidas com a agricultura, como você. Dito isso, quero deixar aqui registrada a minha gratidão, como engenheiro agrônomo, como executor da Defesa e hoje como Secretário, porque esse é um projeto estratégico para o governo do Estado.

Feita esta manifestação inicial, acho que o momento aqui é simbólico. A gente está aqui hoje; saímos lá de trás, não íamos poder fazer portaria porque não tinha lei, e hoje estamos aqui discutindo como encaminhar a lei. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

De maneira bastante breve, eu só quero mostrar algumas coisas relacionadas ao negócio de sanidade para a gente entender onde estamos pisando, e dizer para os senhores o seguinte: o que foi anunciado esta semana a respeito da assinatura daquele acordo comercial lá em Tóquio, que isenta vegetais e vários produtos do Brasil das tarifas de exportação e importação, acende uma luz amarela no nosso negócio. Por quê? Tiraram a tarifa comercial, a tarifa monetária, mas a barreira sanitária vai ficar muito mais restritiva a partir de agora.

Todos os países, todos os Estados, vão intensificar sobremaneira as ações relacionadas à sanidade, seja vegetal ou animal. E, como o Deputado falou, hoje Santa Catarina é referência internacional quando se fala em sanidade animal. Somos livres de febre aftosa, de peste suína, isso em função de um trabalho sólido feito pelo Estado, pelos produtores — principalmente pelos produtores — e pelas empresas no sentido do comprometimento com a sanidade. Contudo, na área vegetal a gente não dispõe dessa política a fim de iniciar um trabalho para dar ainda mais robustez e mais segurança ao nosso negócio. Esses são os principais objetivos que a gente vai discutir hoje aqui.

(*Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.*)

Eu já adiantei este histórico. Esse marco regulatório não começou a ser discutido em 2016 ou 2017. Na verdade, colegas, eu faço parte da Cidasc desde 2006 e em 2008 a gente já teve uma iniciativa de discutir a lei vegetal, mas ela não avançou. Em 2011 tivemos outra tentativa e novamente ela não avançou. Agora está caminhando, mas eu tenho certeza que desde o início se tentava discutir esse assunto. Por isso eu coloco esta imagem (*aponta para a fotografia*) de uma junta de boi com um arado para dizer que isso é antigo. A discussão é antiga e vem se arrastando há bastante tempo.

Esta figura (*mostra outra imagem*) é para ilustrar as várias entidades que estão aqui: a Secretaria, a Cidasc, a Epagri, a Ceasa, o Ministério da Agricultura, a Alesc, o Ministério Público, as associações, as federações, os sindicatos, as cooperativas, as revendas, o Legislativo, o Executivo e, principalmente, os agricultores, que fazem parte do setor produtivo. Então, estão todos aqui imbuídos em encaminhar um projeto, em construir uma proposta de política pública, mas a grande beneficiada nesta história toda é a sociedade. Claro, temos ligação direta com o setor, é importante para o nosso negócio, para a nossa renda, mas, no final das contas, toda a sociedade é beneficiada quando o setor produtivo vai bem. Portanto, essa é a essência da proposta de políticas públicas.

Outra situação que nós temos que considerar é que hoje temos mais de 150 pragas quarentenárias rondando o Brasil, desde o Uruguai até a Argentina e o Chile. Aqui em cima (*aponta para o mapa*) a situação é crítica, nas Guianas, no Suriname e na Bolívia. E está tudo aí esperando para entrar, nós só não sabemos quando.

A gente comentava no ano passado, em um seminário em São Paulo, de uma nova raça de *Fusariumoxysporum f. sp. cubense*, a Raça 4 Tropical, que não estava nem na América do Sul, estava somente lá na África (o Alexandre pode me ajudar nisso), e naquele momento, em setembro, outubro de 2018, os pesquisadores só falaram assim: “É quando? Que vai vir, a gente já sabe”. E ontem recebemos a notícia de que a *Fusarium* está na Colômbia, e é extremamente preocupante essa fusariose. Se ela se instalar nos nossos bananais, aqui, nós vamos ter um problema. Nós achamos que lidar com a sigatoka negra é difícil; não quero alarmar, não é esse o meu papel, mas precisamos de políticas públicas robustas para combater esse tipo de situação. Essas pragas quarentenárias colocam restrição ao trânsito dos nossos produtos, então temos que estar muito atentos a isso.

 Aqui (*mostra outra imagem*) é para ilustrar aos senhores alguns prejuízos que decorrem das pragas. Por exemplo, se a gente considerar a Lagarta Spodoptera, que é a lagarta do cartucho do milho, ela causa prejuízos de R$ 20 bilhões ao ano na cultura do milho. Então, isso é dinheiro que deixa de ir para o bolso do produtor, são pragas que estão aí causando problemas**.**

Agora temos outra bactéria, a estria bacteriana do milho. Não tínhamos relatos no Brasil e agora já está relatado no Paraná – não sei se Santa Catarina positivou algum caso. A Cidasc, em parceria com o Ministério da Agricultura, está fazendo o monitoramento e ainda não tivemos nenhuma detecção positiva; contudo, são pragas que estão se avizinhando. Precisamos nos proteger delas.

Outra situação é o que o Deputado Zé Milton comentou: o setor da soja também tem interesse nesse projeto. E não podia ser diferente, a ferrugem da soja é a principal doença que acomete a cultura da soja e causa prejuízo de R$ 12 bilhões ao ano. De novo: dinheiro que deixa de ir para o bolso do produtor.

Nós temos um problema muito sério aqui no Estado relacionado ao vazio sanitário da soja. Eu chamo a atenção dos senhores e das senhoras que temos uma portaria do governo do Estado regulamentando o vazio sanitário. Contudo, a Cidasc não tem autonomia para executar ações para aquelas pessoas que descumprem o vazio sanitário, ou seja, a portaria não serve para nada. Eu e o Alexandre fizemos uma defesa para o Secretário à época e fomos voto vencido, não conseguimos convencê-lo de que não valeria de nada editar essa portaria; ela saiu, mas não conseguimos avançar, e está aqui o prejuízo em nível Brasil.

Eu quero mostrar de maneira bastante breve para os senhores: quanto vale a sanidade vegetal? Vou aproveitar esse exemplo da ferrugem da soja. Eu não me senti confortável de fazer o cálculo para o maracujá, porque não sou especialista em maracujá, mas a ideia do cálculo eu acho que todos os senhores e as senhoras que mexem com maracujá, principalmente os técnicos, vão compreender de maneira bem clara o que eu quero mostrar. Neste ano, nesta safra de soja, gastou-se R$ 8,3 bilhões aqui no Brasil com fungicidas; disto, 96% foram destinados ao controle da ferrugem asiática da soja, ou seja, R$ 7,9 bilhões. Em média, a gente faz quatro aplicações para a ferrugem asiática da soja no ciclo, mas alguns produtores chegam a fazer seis — a gente faz em média quatro.

Se a gente partisse da premissa de boas práticas de manejo aliadas com semeaduras na época adequada, manejo de semeadura direta aliado com o vazio sanitário— tem um pacote de medidas, como é no maracujá, usar a muda maior, antecipar o plantio, várias práticas —, teria uma possibilidade muito clara de reduzir pelo menos uma aplicação. Se de quatro aplicações [de fungicidas] a gente fizesse três aplicações, sobraria R$ 1,98 bilhão que não seria gasto com fungicidas. E eu estou só fazendo a conta financeira, se a gente entrar na questão ambiental, vai longe.

O que isso significa na prática para o produtor? Qual é o lucro atual? Estes são dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), de São Paulo. Na última safra, o lucro do produtor de soja — e aqui estou mostrando do total produzido no Brasil, dos 33,9 milhões de hectares — foi de R$ 8,32 bilhões, ou seja, R$ 245,00 por hectare é o que sobra líquido para o produtor de soja, ou 3,3 sacas por hectare. Então você tem que ser muito eficiente na produção de soja para ter rentabilidade, isso considerando o preço de ontem da soja, de R$ 74,00.

Agora vamos partir da premissa de que adotamos o vazio sanitário e as outras medidas e reduzimos uma aplicação, que eu chamo aqui de lucro sanidade. Eu teria R$ 8,32 bilhões mais R$ 1,98 bilhão, que é a redução, ou seja, o lucro total iria para R$ 10,3 bilhões. Ou seja, em vez de sobrar R$ 245,00 por hectare, sobrariam R$ 304,00 por hectare — R$ 59,00 a mais por hectare. É uma boa rentabilidade considerando o mesmo custo.

Então, investir em sanidade, investir em manejo sanitário, é muito válido. E aí, Zé, só por essa conta você já começa a entender porque o pessoal da cultura da soja também está preocupado com uma política pública relacionada à sanidade.

Aqui (*aponta para a imagem*), para concluir, eu mostro aos senhores e às senhoras alguns dados dos nossos negócios, e eu chamo a atenção de vocês, principalmente para os valores. No setor de banana, por exemplo, nós temos 4.167 produtores, quase 30 mil hectares, no último ano foram quase R$ 300 milhões de valor bruto da produção, exportamos mais de US$ 10 milhões. No setor da maçã nós temos 2.104 produtores, quase 16 mil hectares, R$ 550 milhões de valor bruto da produção movimentados aqui no Estado, quase US$ 15 milhões em exportação — vamos somando esse cálculo.

No setor da uva nós temos 2.150 produtores, um negócio de mais de R$ 50 milhões aqui no Estado; no setor da laranja, que é o citrus, temos 833 produtores, com um espaço grande para crescer, uma área pequena, mas quase R$ 10 milhões de valor bruto da produção; no setor do limão temos R$ 127 mil de valor bruto da produção, também tem potencial [de se expandir] aqui no Estado; no setor da tangerina temos R$ 6 milhões de valor bruto da produção aqui no Estado; no setor do pêssego e da nectarina temos R$ 18 milhões de valor bruto da produção e 667 estabelecimentos; no setor do maracujá temos quase 800 produtores, neste ano R$ 23 milhões de valor bruto da produção, mas temos informações de que já chegou perto de R$ 50 milhões de valor bruto da produção em maracujá, porque isso oscila. Então, é estratégico para a nossa região a cultura em movimento financeiro. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O tabaco é outro produto que tem regulação sanitária: R$ 630 milhões em negócio (valor bruto da produção), a nossa região também é estratégica, mais de US$ 377 milhões em exportações. Então é um movimento financeiro e econômico no qual o Estado tem que estar muito atento. No complexo da soja, nós temos 16 mil estabelecimentos cultivando, são quase 700 mil hectares e o movimento financeiro é de R$ 3 bilhões aqui no Estado.

Isso movimenta muito a nossa economia e precisamos de políticas sanitárias eficientes para proteger esse patrimônio. Tudo que estou mostrando aqui são patrimônios sanitários do nosso Estado. No setor madeireiro, onde estão envolvidos pínus e eucalipto, nós temos quase 1.000 hectares, R$ 1,7 bilhão em negócios e US$ 1,4 milhão em exportação. Então é um negócio muito forte, já perdemos a conta de quanto dinheiro tem envolvido, mas não é só dinheiro, temos também famílias de pequenos produtores que merecem a nossa preocupação e atenção.

Eu queria fazer esse preâmbulo aos senhores para mostrar que é a nossa economia, é o nosso agronegócio que sustenta o PIB e a economia aqui do Estado. Os números estão aí, e não estou colocando nada relacionado a frango, a suíno e a leite, porque a conta iria longe, mas esses setores estão amparados por uma política de sanidade animal.

Com todo esse negócio que acabei de mostrar aos senhores e às senhoras, nós não temos amparo em uma política para nos dar segurança sanitária. Eu só queria deixar [claro] esse contexto e reforçar a importância, Deputado José Milton, de caminharmos com esse projeto de lei na Alesc. Os números estão aí, são extremamente robustos e merecem a nossa atenção.

Isso era o que eu tinha para falar e ficarei disponível para esclarecer qualquer dúvida.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** – Passo a palavra ao gestor do Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal (Dedev), senhor Alexandre Mees, neste ato representando a Companhia Integrada Agrícola de Santa Catarina (Cidasc).

**O SR. ALEXANDRE MEES** – Senhoras e senhores, boa noite.

Sou funcionário de carreira da Cidasc, atuo na área de fiscalização, na área de defesa sanitária vegetal desde 2010 e respondo pelo Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal desde fevereiro deste ano, quando o antigo gestor foi convidado a ser Secretário Adjunto da Agricultura.

(*Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.*)

Nós fomos convidados a apresentar os principais tópicos em relação a essa legislação. O nosso colega Ricardo e o outro Secretário já deixaram claro a importância desse processo, de toda essa questão. Visualizando aquele mapa (aponta para a imagem), que mostra o tanto de ameaças que temos no nosso entorno, de pragas querendo entrar no País, não dá para compreender como ficamos tanto tempo sem um marco legal em relação a isso. Na área de Defesa Sanitária Vegetal, o conceito é mais amplo, envolve a fiscalização de insumos agrícolas, que são as ferramentas para fazer o controle de pragas, mas o foco é a parte da defesa em si. Os objetivos da lei – são poucos tópicos –, só para listarmos: preservar a sanidade vegetal e a produção de alimentos; promover a contínua melhoria na condição fitossanitária do Estado; estabelecer medidas para assegurar a sanidade dos vegetais, seus produtos e subprodutos; incentivar a participação efetiva da sociedade nas ações de defesa sanitária vegetal; e fortalecer a economia e o bem-estar social no Estado.

Ela é calçada em oito princípios: princípio de precaução – inclusive estava sendo muito discutida essa questão do princípio da precaução nesse acordo entre União Europeia e Mercosul, que é base também para a legislação estadual –; justificativa técnica, já que não tem como propor alguma nova exigência sem que seja tecnicamente justificada; transparência, para que todos sempre tenham muita clareza da importância e da necessidade das medidas que são propostas; harmonização com as normas internacionais e nacionais; não discriminação; sustentabilidade; e interesse do Estado. São esses os princípios que estão discriminados no projeto de lei com os seus conteúdos detalhados.

O projeto de lei traz algumas definições, nas quais se calçam todas as ações que serão desencadeadas a partir dela. Entre as definições, pretendemos destacar algumas questões que são mais técnicas. Para deixar claro: não são invenções, são regras que já existem e estamos internalizando isso no Estado. O exemplo disso é a questão das pragas de interesse, pragas não quarentenárias regulamentadas e pragas quarentenárias. Esses conceitos são definidos internacionalmente nas Normas Internacionais de Medidas Fitossanitárias, conhecidas como NIMF, e existem dezenas delas. As definições do glossário estão na NIMF n° 5. O que significa, por exemplo, praga quarentenária? São pragas com alto potencial de causar prejuízo econômico e que não estão amplamente distribuídas, nem no mundo nem no País. No Brasil temos uma classificação de pragas quarentenárias ausentes.

O Ricardo mostrou naquele mapa o que temos nos cercando, mas em nível de globo tem muito mais do que isso em outras regiões do mundo. E temos as pragas quarentenárias presentes no Brasil, mas não amplamente disseminadas. Como exemplo, a sigatoka negra na banana, há Estados que não têm; o moko da bananeira, também há Estados que não têm, e Santa Catarina é área livre de moko da bananeira; o cancro europeu tem só nos três Estados do Sul, não que tenha muita [plantação de] maçã fora, mas tem só nos três Estados do Sul; e a vespa da madeira. O Deputado comentou que inclusive houve uma emenda ao projeto original de lei retirando a parte em relação à vespa da madeira, porque ela é uma praga quarentenária que estava restrita, que ainda se buscava controlar, mas de certa forma se perdeu a batalha contra ela, pois se espalhou em todo o País.

Então, a partir do momento em que todo o País passa a contar [com a lei], pelo menos onde se cultiva o pínus e existe a praga, não tem mais lógica existir algum tipo de controle ou restrição em relação a ela. O Ministério da Agricultura tem normas que tratam disso: lista de pragas quarentenárias presentes, lista de pragas quarentenárias ausentes e também tem definição em relação às restrições de trânsito. Se o Estado não tem uma praga e ela é um risco para ele, o Estado tem condições e tem o direito de impor restrições para que essa praga não chegue ao Estado. Isso é feito entre países também. São esses acordos [internacionais] e são, basicamente, as principais restrições que se pode colocar no comércio internacional: questões sanitárias e fitossanitárias. Dentro do País temos certa possibilidade disso também. Da mesma forma que não queremos que venha banana, mudas e heliconias de outras regiões do País que possam trazer o moko da bananeira para o nosso Estado, também existem situações em que temos que atender requisitos de outros Estados a fim de vender banana para onde não tem sigatoka negra. Para vender maçã para o resto do País, basicamente, existem restrições.

Enfim, para fazer esse trânsito tem uma série de normas que deve ser atendida. Essas normas são editadas pelo Ministério da Agricultura e o trânsito só é permitido com um documento chamado Permissão de Trânsito Vegetal. Esse documento consta no anexo do projeto de lei. Basicamente é a única taxa que está sendo criada, mas se aplica exclusivamente aos produtos que têm restrição de trânsito para outros Estados. Na verdade está sendo criada uma taxa em relação a isso, mas é um serviço que a Cidasc já vem cobrando desde 2007, 2008 por sua execução. A conversão em taxa é meramente para facilitar a vida do produtor, porque não precisa mais emitir nota fiscal da Cidasc para cobrar o serviço da permissão de trânsito.

Ainda em relação a esta Normativa n° 28, ela traz uma figura que se chama praga de interesse da Federação. É uma praga sobre a qual o Estado poderia implantar um programa específico, restringir e exigir dos outros Estados alguma condição específica. São dois casos no País que têm relação de nematoides em café, se eu não estou enganado. São conceitos já estabelecidos, isso já acontece. A Cidasc, que é executora da Defesa Sanitária Vegetal no Estado, está baseada exclusivamente nas normas nacionais. O que tem de regras em nível nacional nós conseguimos executar, já que essas normas nos dão um balizamento para atuarmos. O que não conseguimos é ir além, é definir o que nós queremos, é definir o que o nosso produtor precisa, e isso a lei está criando. [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

Nós vamos chamar isso de praga prioritária para Santa Catarina: quais são as pragas que realmente estão nos causando prejuízos; onde a Cidasc pode atuar como órgão de Defesa Sanitária; quais pragas podem ser prioritárias também para o desenvolvimento de pesquisas, prioritárias para a atenção do Estado até para as políticas públicas. E essas pragas prioritárias estão definidas como pragas de importância econômica e social, com potencial de dano, as quais o Estado poderá regulamentar e para as quais poderá determinar medidas fitossanitárias, sendo ou não enquadradas como pragas quarentenárias, quarentenárias não regulamentadas, ou pragas de interesse, que são aqueles outros conceitos que eu comentei. Ou seja, isso aqui é uma grande porta para que se passe a tratar a sanidade vegetal no Estado com certa hegemonia em relação a isso.

Outro conceito que o projeto de lei traz é o de artigo regulamentado. O que é esse artigo regulamentado? Basicamente, qualquer coisa que possa ser um transportador de pragas aqui para o Estado ou para disseminar dentro do próprio Estado. Pode ser semente, pode ser muda, pode ser fruto, podem ser restos vegetativos, restos de folhas dentro de uma carga. Pode ser a própria máquina, o próprio veículo, dependendo da característica do agente da praga, se for um vírus, se for uma bactéria, se for uma planta daninha. Por exemplo, como se vai regulamentar o trânsito de máquinas? Ainda está sob contenção, a princípio, no Mato Grosso, um tipo de caruru, que se chama *amaranthuspalmeri*, resistente aos herbicidas que nós temos no momento. Queremos que venha para Santa Catarina? Não, não queremos. O que podemos fazer? Nós podemos, talvez, regulamentar para dizer que para entrar [no Estado] a máquina que foi colher no Centro-Oeste, para voltar ao Estado, tem que vir limpa. É básico, é simples. Vai nos proteger? Vai. Podemos fazer isso sem lei? Não, não podemos! Esse é um exemplo.

Outra definição que a gente elencou, dessas dezoito que estão disponíveis, é a medida fitossanitária. O que é a medida fitossanitária? São as ações que as portarias, os regulamentos e os decretos [possibilitarão], a partir da atuação da Defesa Sanitária, vão ser as medidas que efetivamente serão aplicadas. Quais são as medidas previstas no PL? A interdição total ou parcial de propriedades ou de estabelecimentos em área rural ou urbana; apreensão de artigos regulamentados; mudas com sintomas de cancro cítrico entrando no Estado não pode, por exemplo – o produto fica em quarentena para verificar se não vai desenvolver alguma praga, alguma doença, fica sob observação por um período, depois disso é liberado; rechaço simplesmente é impedir a entrada no Estado - se o produto tem que entrar e precisa de permissão de trânsito para entrar no Estado, mas não está com esse documento, foi flagrado, identificado aqui na barreira, simplesmente manda voltar e rechaça a entrada no Estado; restrição de cultivo de vegetais em áreas delimitadas ou em períodos específicos; tratamento, transformação, inutilização, descarte, destruição de artigos regulamentados - se o produto está contaminado, pode-se determinar que seja descartado ou que seja inutilizado; estabelecimento de condições de produção, de tratos culturais, regras para colheitas, transporte, trânsito; e destruição parcial ou total de plantio ou de restos culturais.

Vou fazer um exercício: alguém tem alguma ideia de algo que no momento precise de restrição de cultivo num período específico de trinta dias, por exemplo, com condições de produção das mudas no viveiro com tela antiafídeo e com a destruição total dos restos culturais? Alguém tem uma ideia? Alguém está precisando disso? Ou seja, esse é o exemplo de como essas medidas, atuando de forma conjunta, vão compor os regulamentos e as regras a partir da sua aprovação.

Nas medidas fitossanitárias estão previstas também destruições. Estão previstas algumas medidas que podem ser tomadas de acordo com o risco, de acordo com a necessidade real daquela medida. No ano passado, por exemplo, encontramos uma planta daninha que não existia no Brasil, a Forboleoscopia. Fizemos o levantamento e em princípio estava numa área restrita, só que simplesmente tivemos que pedir para o produtor eliminar e torcer para que não se espalhasse. Não é nenhuma medida que determina que tem que eliminar.

Há dois anos encontramos em duas propriedades uma bactéria, sobre a qual também não existia relato no Brasil, que estava atacando as peras. Da mesma forma, pedimos: “Por favor, higienize os seus equipamentos, evite deixar pessoas estranhas entrarem, não saiam com os maquinários daqui para outras áreas para não espalhar isso”, que são medidas agronomicamente recomendadas para evitar a disseminação. O produtor, no caso consciente [da situação], não seguiu algumas regras, mas o ideal seria que ele eliminasse a área. Não eliminou, continua lá. Se fosse algo que tivesse grande potencial de dispersão e saísse e atacasse por exemplo... Por acaso ataca pera e só uma cultivar. Mas só tinha relato disso na Coréia do Norte, e como chegou ali? Ele não consegue saber, não identifica como chegou, mas foi identificado ali.

Neste ano temos um caso de kiwi com uma praga que só foi detectada na China e no Japão. Está lá na propriedade. Foi determinado que o produtor eliminasse a área e ele disse: “Não, não vou”. Nós não temos ferramentas para ir além disso. E se essa praga se espalhar? E se ela fosse do kiwi para a banana, aqui na região, entendeu? Essa é a importância desse processo. Daqui a pouco pode ser uma praga que cause danos maiores, que se alastre rapidamente e que seja preciso eliminar uma área maior.

O projeto de lei está prevendo algumas medidas para compensar a adoção dessas medidas fitossanitárias e tentar recompor o prejuízo: uma linha de crédito específica e um programa de reconversão. Por exemplo: se na região realmente se perde e não se consegue mais produzir uma cultura, há um programa para que se consiga buscar alternativas de financiamento para conseguir reiniciar outra atividade. E amparo financeiro num período determinado: se [o produtor] perdeu a safra, até a próxima safra precisa de apoio. A lei prevê a criação dessas situações, claro que com regras. Por exemplo, um produtor chamou: estou com problema aqui, Epagri, ajude-me; vem aqui, Cidasc, ajude-me a identificar, eu acho que é aquela praga quarentenária.

Bom, isso é uma interpretação. E aquele produtor que fecha a porteira, fica com espingarda na mão, não deixa entrar e tem que se acionar a Justiça para conseguir verificar se é ou não uma praga quarentenária? Talvez esse não tenha direito de acesso a uma medida dessas.

Ou seja, são situações em que a segurança e o estímulo ao produtor, de que ele não vai sair no prejuízo total, podem também favorecer a que novas pragas ou pragas com riscos maiores sejam notificadas. Do contrário, pode ser que a reação seja a de esconder, quando precisamos que a porteira sempre esteja aberta e que qualquer dúvida também seja reportada pelo agricultor. Está previsto isso na regulamentação, tem que ser definido de que forma isso vai ser realizado.

O PL define algumas competências. Então, nas competências da Secretaria da Agricultura está o estabelecimento de atos normativos, de portarias, por exemplo. Na verdade a Pasta já cria e a lei está reforçando isso. Outro ponto são as câmaras setoriais, e aqui está o Délcio, presidente da Câmara Setorial de Fruticultura. Fomentar as Câmaras Setoriais como um fórum de discussão para os assuntos de defesa sanitária vegetal também. Fomos convidados para participar de várias Câmaras Setoriais, mas a ideia é que a demanda do setor passe por essa discussão nas Câmaras Setoriais. A Secretaria deve ter a competência de aprovar os programas propostos pela Cidasc, ou seja, a Cidasc não vai ter a autonomia de inventar regras sem passar pela Secretaria; a Cidasc não tem esse caráter de agência, faz a normatização diretamente. Aprovar a lista de pragas prioritárias; aquelas que eu falei antes, que o Estado vai definir onde dará atenção, também tem que ser aprovada pela Secretaria, e a Secretaria pode firmar parcerias com entidades públicas e privadas para auxiliar tanto em pesquisas como em ações de defesa sanitária vegetal.

A Cidasc tem a competência de zelar pelo cumprimento da legislação e de elaborar os programas de defesa sanitária vegetal. E aqui eu destaco que nesses programas a gente sempre chama para discutir (e está previsto na lei isso), tem que ouvir instituições de ensino, de pesquisa, de extensão, as organizações representativas do setor produtivo. A gente sabe que está iniciando uma discussão para se criar uma associação dos produtores de maracujá, por exemplo. Essa é uma iniciativa importante para, quando se discutir, ter um porta-voz, ter uma entidade de referência aqui e que defenda o setor, bem como nas Câmaras Setoriais. Ou seja, ninguém vai definir sozinho quais são as pragas prioritárias, de que forma e quais medidas serão tomadas em relação a ela. A fiscalização e a elaboração da lista de pragas prioritárias ficam como competência da Cidasc, ou seja, tanto os programas vão ser submetidos a essas entidades quanto as próprias pragas prioritárias. O mesmo grupo de entidades vai participar da construção dessas ações, é basicamente o seguinte: se o setor não quiser o apoio, o Estado não vai ficar metendo o dedo lá. Não adianta a gente querer ficar empurrando goela abaixo. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

Este é um cenário muito positivo para a gente – o Ricardo já relatou que faz dois anos que estão pedindo isso para a gente. Eu acho que agora estamos chegando ao ponto de dar a resposta e de atender a esse anseio. Setores como banana e maçã, que são fortes na fruticultura do Estado, já conhecem a necessidade disso e já anseiam por isso há bastante tempo, porque já trabalham, já têm a necessidade da certificação fitossanitária, já têm a permissão de trânsito vegetal, já conhecem o que é praga quarentenária, já estão nesse meio. Mas, para vocês desse setor, percebeu-se a necessidade disso e se enxergou uma ferramenta com a qual, com a normatização e fiscalização desse processo, vai ser possível conviver por muitos anos e estimular cada vez mais a produção de maracujá aqui no sul.

Eu já comentei sobre a parte de trânsito. A gente pode incluir restrições de trânsito para produtos de outros Estados, mas para fazer essa restrição é preciso aprovação do Ministério da Agricultura. Submete-se o programa à Pasta ministerial e o Ministério da Agricultura o aprova. Eu trouxe essa informação aqui para dizer que a lei de defesa sanitária vegetal não vai colocar restrição, não vai colocar dificuldade para nenhum produto no Estado. Inclusive para a questão de trânsito, em princípio, o maracujá não tem nenhuma necessidade de regulamentação. Não é o trânsito o problema, são situações de produção. O que tem hoje de restrição de trânsito, novamente, não é imposto por Santa Catarina, é imposto pelo destino do produto de Santa Catarina, é exigência do outro Estado. Mas fazemos as nossas [restrições] para outros Estados também. E, de novo, não é para todos os produtos, é para aqueles artigos regulamentados que são veiculadores de pragas. Tudo isso pode incorrer em um auto de infração, pode incorrer em uma necessidade de penalidade e de multa. Ainda assim se garante o contraditório, a ampla defesa.

Está previsto na lei o estabelecimento de câmaras de julgamento. Isso a gente já faz na área de sementes, de agrotóxicos, com primeira e segunda instâncias: Cidasc, uma instância; Secretaria da Agricultura, outra. Os processos administrativos são todos enviados para o Ministério Público do Estado a fim de que seja feito sempre com toda a lisura, com a garantia dos direitos dos produtores também, dos produtores ou dos transportadores, seja lá quem estiver envolvido com a irregularidade.

São esses os pontos principais que a gente quis levantar. A íntegra do projeto de lei eu acho que fica maçante demais para a gente passar aqui, mas acredito que esses sejam os pontos que trazem maior impacto em relação ao entendimento e à compreensão do que é esse projeto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** —Agradeço ao Alexandre pelas colocações e pela apresentação.

Na construção dessa legislação é muito importante a participação e o envolvimento do Ministério da Agricultura, porque a legislação federal é superior a qualquer outra. E a nossa legislação tem de estar em consonância com a legislação federal para que realmente não reste nenhuma dúvida. Vocês perceberam que haverá implicações, penalidades e, por isso, é preciso que a lei esteja juridicamente perfeita para que não seja questionada posteriormente.

Passo a palavra ao chefe do Núcleo de Sanidade Vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Superintendência Federal de Santa Catarina, senhor Caio Cesar Simão.

**O SR. CAIO CESAR SIMÃO** — Boa noite a todos. Eu fico muito feliz em saber que essa iniciativa partiu daqui, dos senhores produtores, porque o meu salário é pago pelo imposto dos senhores, para que eu pense o dia inteiro em maneiras de promover a sanidade vegetal, para trazer aos senhores um lucro maior do [valor] que pagam pelo meu salário. Muitas vezes isso não é reconhecido. Às vezes, a fiscalização é vista como algo ruim, como um entrave. E na verdade a ideia da fiscalização, da necessidade desse instrumento de lei é buscar maneiras de se atingir o bem comum para, no final das contas, trazer um lucro maior, uma melhor qualidade de vida para os produtores rurais. Não é nada mais que isso.

Eu queria trazer outro exemplo. O Miotto muito bem citou a questão do ganho financeiro com a diminuição de agrotóxicos, e o nosso dia a dia no Ministério da Agricultura – como o Deputado Zé Milton falou – é muito relacionado com essa questão de pragas quarentenárias. Tem um exemplo muito claro para a gente: eu imagino que muitos dos senhores também trabalhem com a cultura do fumo e eu não sei se vocês já foram auditados na questão do mofo azul. O mofo azul é o exemplo de uma praga quarentenária para a China, que a gente [percebeu] foi disseminado aqui nos viveiros do Brasil, mas não traz problema algum para o tabaco. Mofo azul não se manifesta na lavoura, não traz prejuízo. Porém, a China coloca essa barreira para poder impor restrições ao tabaco que ela compra do Brasil.

A Cidasc faz um trabalho muito bonito nessa questão das auditorias. As empresas têm que gastar um dinheirão para montar todo o planejamento, montar a parte de amostragem, para pagar os monitores. O Ministério da Agricultura também gasta um montante considerável nessa parte do monitoramento. No mês passado eu tive a oportunidade de ir ao Rio Grande do Sul e veio uma comissão com quarenta chineses. Eles sabem que não vão encontrar nada; é só para fazer teatro, para pagar menos pelo fumo do produtor brasileiro. Fazia dez anos que eles não encontravam nada; no ano passado eles pensaram que encontraram algo parecido com um conídio do mofo azul, para impor mais restrições. Trazendo um pouco dessa parte das pragas quarentenárias, é muito importante que a gente mantenha o Estado livre de outras pragas que possam entrar, para que não venhamos a passar por esses problemas.

Puxando este gancho do kiwi, que o Alexandre citou, um pessoal percebeu que ali na serra tem o clima perfeito para a produção dessa cultivar de kiwi. Antes de começar a produzir e de pensar em exportar, já chegou uma doença quarentenária, uma praga quarentenária, e a gente vai ter de destruir esse pomar. Dói-me o coração ter de destruir, mas é pelo bem comum, é pelo bem de todos. Porém, tem um produtor que vai levar o prejuízo. E fico muito feliz de ter visto [o PL] – sou novo aqui em Santa Catarina –, porque eu não tinha lido o projeto de lei, e fico feliz com a sensibilidade do Deputado Zé Milton de prever essa questão da remuneração. Assim, fica muito mais fácil – como o Alexandre falou – de conseguir o apoio desse produtor, que não trouxe uma praga por querer. Mas a gente precisa eliminar a praga a fim de que ela não passe para os pomares dos vizinhos e não passe a ser um prejuízo maior para todo o Estado.

Por isso, eu queria agradecer aos senhores por esta iniciativa de virem há dois anos cobrando isso do Miotto e agradecer ao Deputado por comprar essa ideia, como engenheiro agrônomo, e perceber que a fiscalização não está aqui para fazer maldade, mas está pelo bem comum.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** —Obrigado, Caio. É muito importante a sua participação neste processo.

Passo a palavra ao senhor Marcelo Bendo, atacadista do Município de Sombrio.

**O SR. MARCELO BENDO** — Boa noite a todos. Eu sou atacadista e, juntamente com alguns amigos, procuramos o José Milton, a Epagri e a Cidasc para tocar essa lei para frente. A falta dessa lei tem prejudicado a gente. Então, com a união dos atacadistas e dos produtores, a gente quer que o maracujá permaneça na nossa região, que cada vez nos dê mais lucro, que traga mais famílias para cá. Se a gente se unir será muito mais fácil acabar com essa virose e voltar a ter o reconhecimento nacional da nossa fruta, que é a melhor do Brasil.

Este ano, sem lei, sem nada, já houve uma união, já houve melhoras, e eu acredito que com mais união a gente conseguirá montar uma associação para ficar ainda mais forte e sair por cima, e conseguirá ajudar muitas famílias também a permanecerem no campo, o que hoje é uma dificuldade. [*Transcrição: Ana Clara Mota / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Eu quero agradecer ao Zé Milton, que comprou a nossa ideia; à Epagri, que também está sempre junto com os produtores; e aos atacadistas, que estão representando os produtores. Se viessem todos os produtores, não caberiam aqui; então veio um representante de cada setor, que são muitos.

Era isso o que eu queria dizer.

Muito obrigado e vamos ver se aprovamos essa lei. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** – Obrigado, Marcelo.

Nós temos uma plateia bastante qualificada: chegaram autoridades, lideranças que representam os segmentos [interessados]; vários técnicos da Cidasc, da Epagri, das cooperativas, de outros segmentos do agronegócio; e, também, Secretários Municipais e membros, inclusive, do Instituto Federal, de universidades que estão aqui, e não os citamos porque não fizeram o registro. Então, podem fazê-lo com o pessoal que está ali, na entrada, pois em seguida os anunciaremos.

Aqui temos lideranças de grande parte dos Municípios, como o assessor parlamentar Alex Bianchini, representando o Deputado Estadual Rodrigo Minotto, que é aqui de Forquilhinha – também parceiro dessas questões da agricultura, sempre muito junto disso. O Deputado me procurou e disse que não poderia estar aqui hoje, mas que seria representado por seu assessor, a quem agradecemos a presença. E agradeço a presença de todas as pessoas dos diferentes Municípios que estão aqui respaldando e dando importância a esse tema.

Eu gostaria de ouvir a representante do Prefeito Zênio Cardoso, do Município de Sombrio, a Vice-Prefeita Gislaine Cunha, que também representa as mulheres aqui na mesa.

**A SRA. VICE-PREFEITA GISLAINE CUNHA (Sombrio/SC)** – Boa noite.

Eu quero cumprimentar, em nome do Prefeito, o Deputado proponente desta audiência; o Secretário Adjunto; o Caio, representando o Ministério; o nosso Presidente desta Casa; todos os outros representantes; as autoridades nominadas; as senhoras e os senhores; e, principalmente, os senhores produtores. Nós não estaríamos aqui se não fossem os senhores e as senhoras. Um número pequeno ainda de mulheres, e aqui na mesa é prova disso; eu até estava contando, são dez mulheres diante deste número expressivo de homens, mas elas trabalham tanto quanto ou às vezes até mais.

Defendo sempre, quando falo em política pública referente à questão da defesa do vegetal, que possamos e saibamos trabalhar com muita força assim como aconteceu com a [defesa] do animal. Hoje o nosso Estado representa muito fortemente, acho que é o primeiro no País, o quanto isso avançou, o quanto se qualificou e aonde chegou. Portanto, que saibamos e que possamos dar os encaminhamentos, não é, Deputado, para trabalhar as prioridades. Assim como os senhores trabalham no árduo labor, no suor do dia a dia, que possamos contribuir muito.

Então, em nome do Prefeito, sejam todos muito bem-vindos e que seja uma noite muito produtiva de trabalho.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** – Gislaine, nós agradecemos a sua presença, representando o Zênio, e a presença das várias lideranças, dos Secretários que estão aqui acompanhando [a audiência]. Esta parceria é muito importante.

Nós já ouvimos a Cidasc; eu sou funcionário de carreira da Epagri, então tenho que ouvir o meu chefe aqui na região.

Com a palavra o gerente regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), senhor Edson Borba Teixeira.

**O SR. EDSON BORBA TEIXEIRA** – Boa noite, senhores, Deputado, Vice-Prefeita, todas as lideranças e produtores aqui presentes. Quero dizer que é uma alegria estar aqui, Zé, nós que somos natural aqui do sul, de São João do Sul, conterrâneos do Alex, fizemos o Colégio Agrícola juntos. Eu quero registrar, Zé, o teu apoio na defesa também de algumas bandeiras muito importantes para o Estado como, por exemplo, a bandeira dos hospitais filantrópicos; na Comissão de Agricultura, a defesa das empresas públicas; o teu trabalho no recurso para pesquisa foi muito importante; a tua atuação para manter o Ciram na Epagri, e registro aqui, em nome da Epagri e da presidente Edilene, este agradecimento.

Mas, também, registro que talvez não precisássemos estar aqui discutindo uma legislação se cada um de nós tivesse bom senso e fizesse a sua parte. O trabalho que foi realizado no maracujá é prova disso. Mesmo sem a portaria, mesmo sem a lei, foi um trabalho muito sério que iniciou aqui, foi fruto desta Casa em 2016... Mas, ainda conversávamos antes de vir para cá, ali na padaria, que o trabalho que foi feito com o maracujá é um exemplo: a seriedade envolvendo o setor produtivo, envolvendo a pesquisa agropecuária da Epagri – aqui estão o Petry e o gerente da Estação Experimental, o Alexsander, que têm dado um suporte muito forte –; os nossos técnicos da extensão rural, que pegaram firme; e o trabalho muito sério da Cidasc, dando suporte e amparo legal.

Então, com um trabalho do setor produtivo, da extensão, da pesquisa, da defesa sanitária e, principalmente, baseado no vazio sanitário, na produção da muda em ambiente telado, nós conseguimos conviver com essa virose, que em outras regiões do Estado e do País dizimaram com a cultura do maracujá, e nós estamos aqui. Eu acho que o sul do Estado é referência, porque dos 793 produtores, mais de 700 são aqui da região. E é uma das poucas regiões em que o maracujá, em Santa Catarina, está inserido e baliza preço na Ceagesp, na Ceasa, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Então é um trabalho muito forte realizado.

Santa Catarina é um Estado com apenas 1,13% do território nacional e somos o quinto produtor de alimentos, graças a esse trabalho dos nossos agricultores, mas principalmente graças ao trabalho da pesquisa, da extensão rural, da defesa sanitária. E se não tivéssemos esse suporte, esse amparo legal, não seríamos o destaque na produção de alimentos. Mas, para isso, com a lei da defesa sanitária também, Deputado, é necessário que tenhamos as empresas públicas fortalecidas para que a lei seja colocada em prática. Secretário Miotto, fortalecer a Cidasc – aqui nós temos dois engenheiros agrônomos a campo e é preciso ter esse fortalecimento –, fortalecer a Epagri; que nossas empresas sejam fortes para poder dar esse amparo ao produtor. [Precisamos] reconhecer o trabalho de técnico da iniciativa privada aqui também; está aí a Uniagro, que tem sido uma parceira no suporte aos produtores.

Devemos colocar a Epagri à disposição para que possamos enfrentar não só a virose do maracujá, mas os problemas na banana, na videira, em outras frutas e em outras culturas da região. Estão aqui os nossos colegas, o nosso gerente estadual Darlan, que teve um papel fundamental junto com o Petry, coordenando os nossos técnicos de campo e fazendo essa parceria com as instituições. Então, que a lei nos dê esse amparo, mas que cada um de nós aqui faça a sua parte – as cooperativas, os produtores, a iniciativa privada –, porque tão bem trabalhamos até agora; ou seja, conseguimos conviver com a doença, com a virose, e isso nos credita e precisa ser valorizado também no Estado.

O meu reconhecimento aqui aos produtores de maracujá, porque temos o melhor maracujá do Sul, o melhor maracujá do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** – Valeu, Edson.

Agora, nós gostaríamos de ouvir o presidente da Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense (Coopersulca) – normalmente estamos em uma mesa tratando de arroz –, o senhor Arlindo Manenti, representando também o Sindicato e a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), e que está aqui por saber da importância que tem a cultura.

**O SR. ARLINDO MANENTI** – Boa noite, Deputado José Milton, boa noite a todos os componentes da mesa já mencionados e a todos que se fazem presente aqui hoje, nesta audiência.

Deputado José Milton, eu represento o Sindicato e a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc) e sabemos a importância que tem esse momento organizando toda essa questão da sanidade daquilo que se produz em Santa Catarina. Exemplo disso são as carnes que nós temos no Grande Oeste de Santa Catarina – um corredor muito grande de exportação de carne.

Eu vejo que a iniciativa dos produtores aqui é muito importante, porque quando vem de cima para baixo parece que não tem tanto valor. Quando começa a nascer debaixo para cima, isso tem uma adesão muito grande e é muito interessante esse trabalho. Nós, produtores (sou produtor de arroz também), enfrentamos muitos problemas.

Quando se iniciou o sistema pré-germinado em Santa Catarina, no início da década de 1980, nós simplesmente semeávamos o arroz, passávamos lá um herbicida – não era um coquetel como se coloca hoje – e se tinha uma lucratividade muito maior. Hoje se faz um coquetel de produtos para poder controlar as ervas daninhas e também uma série de fungicidas para poder também... estava vendo aqui o exemplo da soja, que o nosso amigo da Cidasc estava passando, o quanto isso custa para a cultura.

Então, eu acho que tem o maracujá, mas tem a banana também e uma série de outras coisas que estão substituindo o fumo. Eu fui produtor de fumo também e sei o quanto isso é difícil, mas estamos aqui, como pequeno produtor e como representantes dos agricultores, e temos presente aqui o pessoal dos sindicatos. É interessante esse trabalho e é preciso dar sequência, Deputado. Que o senhor também, como autoridade, possa levar isso para frente e sempre dar uma posição positiva para nós, que estamos aqui ansiosos – até com certa urgência, que isso venha a acontecer logo.

Então tem aqui o meu apoio e vou levar esta mensagem para o pessoal da Ocesc também, para o presidente da Ocesc, o Suzin, a fim de que nós possamos contribuir, de certa maneira, com o senhor e com toda a equipe para que coloquemos isso em prática logo.

Obrigado a todos. (*Palmas.*) [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** – Passo a palavra ao pesquisador da Epagri do Município de Urussanga, senhor Henrique Belmonte Petry.

**O SR. HENRIQUE BELMONTE PETRY** – Boa noite a todos. Sou pesquisador da Epagri de Urussanga, trabalho, prioritariamente, com a cultura do maracujazeiro; a maioria dos produtores aqui me conhece e para mim é um momento de muita alegria, de muita satisfação pessoal e profissional estar aqui discutindo nesse nível o maracujá, por também estar podendo trazer essa discussão, mostrando força perante o Estado e a outras culturas.

Estamos conseguindo trazer essa discussão aqui, como o Ricardo também falou; começamos essa discussão com o aparecimento deste problema da virose do endurecimento dos frutos, quando se deu o primeiro relato em 2016; e o conjunto de medidas, entre pesquisa, extensão rural, defesa sanitária, instituições de educação de nível superior, tanto federais, como estaduais também e as particulares da região, ajudou-nos muito. Montamos um grupo multidisciplinar, juntamente com as cooperativas e a assistência técnica das empresas, também privadas, onde conseguimos dar a volta nesse problema de maneira conjunta. Hoje a nossa grande preocupação a respeito do nosso maracujá é continuar prosperando, mesmo com o cenário onde em outras regiões a entrada dessa doença foi devastadora.

Então a gente tem um pouco de orgulho do trabalho que temos conseguido fazer, mas não podemos esquecer que a implementação e a aprovação dessa lei, Deputado, é muito importante. A gente tem conseguido dar a volta no problema que hoje aparece; historicamente foi a bacteriose (no pico anterior de produção de maracujá na região foi um dos fatores de desistência, saímos de 1.500 hectares no final dos anos 1990, 1999, 2000, para 50 hectares cinco anos mais tarde por conta da bacteriose), depois, com a entrada da virose do endurecimento Araquari perdeu importância, e nós, aqui no sul do Estado, estamos conseguindo manter a área.

Esse trabalho deve ser mantido, devemos reforçar isso, e reforçar com o peso da lei, com o peso das normativas. Mas também temos outros riscos como, por exemplo, o fato de hoje ter uma virose que acontece no Estado da Bahia, que é um Estado que vende, comercializa frutas e é o maior produtor nacional. E se entrar na nossa região, pode modificar o nosso manejo de novo; todas as necessidades e as medidas podem precisar ser replanejadas, podem ser reconduzidos os nossos manejos, aos quais agora estamos nos adaptando. Se entra uma nova doença, uma nova praga, nós podemos ter dificuldades novamente.

Assim, a minha manifestação é para que a gente dê esse encaminhamento positivo, que a lei seja aprovada, que a gente possa ter normatização do vazio sanitário. Isso é bastante importante para que os produtores não se apressem em plantar antes que os pomares estejam erradicados ao final da safra, para que os produtores consigam fazer a eliminação dos pomares ao final da safra, respeitem o vazio sanitário. E que a produção de mudas em ambiente protegido seja respeitada para que tenhamos segurança na nossa muda, que é o principal insumo de qualquer pomar, mas, além disso, que também possa nos proteger de ameaças externas e reais. A gente, em alguns casos, conta com apoio da Universidade Federal, e aqui também já agradeço a do Rio Grande do Sul e ao virologista Edson Bertolini, que tem um papel bastante importante de apoio para a gente em algumas suspeitas de begomovírus, que é um vírus bastante importante, agressivo e que acontece na Bahia. Nós já conseguimos tirar algumas dúvidas que tínhamos sobre a incidência desse vírus aqui na região e o descartamos, mas essa é outra ameaça real que também pode acontecer, e nós podemos ter medidas de contenção de material vegetal de fora do Estado que pode estar comprometendo a nossa produção.

Nesse sentido, peço que isso seja levado adiante. Manifestamos apoio, discutimos bastante esse assunto aqui com a cadeia produtiva, estão bastante conscientes desse problema, e esse é um dos principais pontos. Então eu acho que é um setor bastante maduro e que está pronto para adotar essas medidas que estão por vir, o nosso setor está muito bem preparado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** – Bom, pessoal, nós estamos recebendo ideias, mas eu queria que as manifestações também trouxessem encaminhamentos, “analisa esse aspecto, aquele outro”. Fiquem à vontade para isso; nós temos visto bastante a defesa da legislação, mas gostaríamos também de receber alguns encaminhamentos. Nós, aqui, queremos construir uma lei que seja boa, mas que também não criminalize o nosso produtor. Não devemos criar uma burocracia demasiada para cima dos agricultores; temos sempre que pensar em cumprir isso, e dá para fazer.

Na sequência, eu gostaria de ouvir também o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sombrio e Balneário Gaivota, o senhor Ângelo Duarte, representando todos os produtores.

**O SR. ÂNGELO DUARTE** – Boa noite a todos. Cumprimento o Deputado Zé Milton e em seu nome saúdo toda a mesa. O Marcelo falou da parceria do Zé Milton, e a gente participou de muitas e muitas reuniões junto com ele na Federação – foram várias reuniões. Então, vemos que realmente o Zé Milton é parceiro dos agricultores de todas as formas.

Quero dar os parabéns por esse encaminhamento que também é dos agricultores, que saiu de uma reunião na qual eu estava presente. O Sindicato é parceiro do agricultor e se precisar fazer uma barreira para esses problemas não entrarem na região, a gente vai fazer. Agradeço a todos os agricultores pela presença, e o Sindicato está ao lado do agricultor, sem problema algum. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** – O Ângelo também representa aqui a Fetaesc e lá tivemos vários debates, inclusive a respeito da Previdência; e, da mesma forma, temos aqui o representante da Faesc, do senhor José Zeferino Pedrozo.

Passo a palavra ao presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Jacinto Machado, o senhor Antônio José Porto.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ PORTO** – Boa noite a todos.

Eu digo que o Sindicato dos Produtores Rurais também é parceiro de todo o trabalho da Epagri, da Cidasc e do Zé Milton, como nosso representante na Assembleia. Também digo que a Faesc, a CNA, em Brasília, da mesma forma, têm um peso bastante representativo em toda a classe produtora, não só no grande produtor, mas também no pequeno agricultor, no pequeno trabalhador, no produtor rural da agricultura familiar. Eu acho que é uma grande família da área da agricultura. Os nossos sindicatos mantêm mais um trabalho de organização da sua documentação e com participação dentro dos Municípios, dos conselhos, onde se busca um trabalho que traga benefício e organização ao produtor; que ele entenda isso, tenha informação e conhecimento de que tem que estar organizado, preparado conforme a legislação.

Hoje, com a nova legislação que está vindo – o eSocial, o CAEPF –, houve uma alteração da Portaria 300, que foi publicada dia 13 de junho último para o Vale. Houve umas mudanças para o produtor rural, que teria que informar o seu movimento, a partir do dia 10, de acordo com a nota fiscal no eSocial, mas está prorrogado até janeiro de 2020. Porém, tem que ficar preparado, tem que se organizar, porque quem está preparado não terá tanta dificuldade.

Mas quero novamente parabenizar pelo seu trabalho, que é nosso parceiro em todos os sentidos. Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** – Obrigado, Toninho.

Estamos observando que tem bastante liderança que fala aqui de Jacinto Machado, mas tem que se fazer justiça, não é? O maracujá entrou aqui na região por um agricultor de Jacinto Machado...

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

...noventa e cinco, Alex? Como era o nome dele?

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ PORTO –** Realmente, era Antônio Moacir Casagrande, que infelizmente sofreu uma fatalidade, acho que até indo com uma carga de maracujá a Florianópolis. Ele sofreu um acidente e veio a falecer. Enfim, mas ele foi o pioneiro, ele quem trouxe, e assim os demais começaram, só que houve um estouro da coisa, gente que até não precisava plantar maracujá acabou plantando, e aí se deu a queda; mas hoje já estão mais conscientes com a cultura e até com a qualidade. Então acho que valeu bastante.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** – Só para fazer justiça, lembrando isso de Jacinto Machado.

Eu também gostaria de ouvir a manifestação do senhor Wolni José Walter, engenheiro agrônomo e presidente do Sicoob/Credija, cooperativa que nasceu pela mão da agricultura familiar aqui da nossa região.

**O SR. WOLNI JOSÉ WALTER** – Boa noite pessoal. Obrigado pela oportunidade concedida, podendo também fazer algumas colocações. Só dá Jacinto Machado aqui hoje, mas quero parabenizar o Ricardo pela iniciativa, aqui com todo o movimento que houve no passado, e o Zé por encampar essa... como Deputado, encampar essa lei tão importante.

Interessante que eu vi aqui hoje agricultores, atacadistas, como veio o Bendo apoiando a ideia da defesa sanitária vegetal. Como o presidente Arlindo comentou, quando as coisas vêm de baixo dão certo, quando vêm de cima realmente temos aquelas preocupações, aquelas tensões. Mas olhando a iniciativa de vocês, agricultores, e apoiando essa questão da defesa sanitária vegetal, e vendo que isso representa a sustentabilidade da agricultura, no meu entendimento o agricultor, para continuar produzindo maracujá ou qualquer outra cultura, como banana, seja lá o que for, daqui a cinquenta anos, precisa se preocupar com o hoje, e o que está sendo feito é exatamente isso, criando meios para ele se defender e para ter um futuro garantido seja para os filhos, netos, e assim por diante.

Essa questão da lei é importante, é fundamental para os agricultores, e não só para os agricultores, mas para quem consome também, porque se não tem produção não tem consumidor, não é? Então a questão da sustentabilidade é importante nas duas pontas, eu vejo assim. E parabenizo todo esse movimento e o Zé por fazerem essa frente toda; vamos torcer para que dê tudo certo, para que realmente isso aconteça, pois isso é a questão primordial para todos os agricultores.

O nosso Estado realmente é exemplo no nosso país por ser pequeno, por ser produtivo, por ter um povo trabalhador, e acho que isso só vem a acrescentar um futuro melhor para todos nós.

Agradeço a oportunidade e desejo que isso seja resolvido realmente, com todo o nosso apoio, com o de todo o pessoal aqui presente.

Obrigado e boa noite a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** – Nós já estamos indo para os encaminhamentos finais, mas deixo mais um pouco a palavra livre, se mais alguém quiser se manifestar.

É interessante, a legislação vai regulamentar, criar regras e também vai impor sanções; ela prevê também — quando a praga é quarentenária e exige a permissão de transporte TPV — a cobrança de taxas pequenas, o que já acontece hoje em algumas culturas. Nós estamos propondo — aí terá de ser depois de aprovada a lei — a criação de um fundo com relação a isso, para que no dia que precisar indenizar uma propriedade, se não for por culpa do agricultor que ocorreu uma determinada praga, como talvez esta do kiwi que o Caio acabou de citar, nós tenhamos um recurso para ajudá-lo. Claro que se o agricultor fez de maneira voluntária ou desobedeceu à legislação, ela também vai impor multas, pequenas no início, advertência, primeira advertência, depois vai aumentando, até que vai chegar a uma multa financeira, se a pessoa... Tem que fazer o vazio sanitário. Foi avisado, uma advertência, e tem que fazer (são dez dias para fazer), porque o técnico vai voltar dez dias depois lá. Não aconteceu? Ele pode receber uma multa financeira.

Só para esclarecer às pessoas que a multa inicia num valor pequeno, dependendo do dano – depois vai ser feito um regramento pela Secretaria da Agricultura, uma regulamentação, mas é para que a gente tenha consciência de tudo isso que está sendo montado é para obedecer. Nós não temos dúvidas do ganho com a aprovação da lei, vai ser muito bom para a agricultura de Santa Catarina, será um diferencial nosso.

Outro dia nós recebemos uma manifestação em outra reunião, e hoje é que eu estava conversando com o Secretário Miotto a respeito, sobre aquele artigo que obriga os técnicos a informar ao Ministério Público... Uma das preocupações que nós temos na Comissão de Agricultura, desde o início dessa lei, é a de não criar uma lei que vá criminalizar o agricultor que está fazendo certo, não queremos criar uma criminalização para isso. Então, nós achamos que há penalidades. Inicialmente o Ministério Público pode ter acesso a qualquer lei e exigir o cumprimento dela e o que nós estamos querendo propor é a retirada daquele artigo que torna obrigatório. Às vezes uma pequena infração já vai ser comunicada ao Ministério Público, que daqui a pouco vai chamar aquele agricultor para ir lá, por uma coisa que logo ali na frente ele já deverá ter cumprido. Portanto, em comum acordo aqui com o Ricardo Miotto, já estamos propondo, a partir desta audiência, que esse artigo seja retirado da lei.

É bom esclarecer que o papel do Ministério Público é fazer cumprir todas as leis; não é que eles queiram, mas o papel deles é fazer isso. Então, às vezes nos revoltamos com eles, mas essa é a profissão do MP. Eu acho que ao comunicar cada ato de infração, nós vamos criar mais processos administrativos, mais burocracia e talvez criminalizar o agricultor por uma ação que ele já vai ser penalizado com multa, com restrição de tráfego, vai ser impedido de, talvez, comercializar, vai ter uma série de outras restrições que a legislação prevê. Só para tirar daqui também mais este encaminhamento, se vocês concordarem com isso.

**O SR. SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO RICARDO MIOTTO TERNUS (SC)** — Deixe-me aproveitar para fazer uma complementação em cima disso que o Deputado falou.

Eu acho que o colega Daniel fez uma manifestação muito importante no seminário da semana passada, e, Deputado Zé Milton, temos este compromisso quando fizemos e encaminhamos a proposta, e o Deputado também, de estarmos muito atentos a essa situação: nós precisamos normatizar, mas não podemos inviabilizar. Eu acho, Deputado, que não se trata nem de um artigo de fato, é um parágrafo, não é?

Acho que estamos plenamente de acordo com a supressão disso, mas temos que deixar todos em alerta para o fato de que o Ministério Público é independente, não é, Zé Milton? E eu fico muito tranquilo para falar de processo administrativo, para falar de auto de infração, porque eu tenho bem claro que todos os senhores produtores e todas as senhoras produtoras que estão aqui hoje – é claro, tem que ser de maneira bastante transparente esclarecido isso –, estão fazendo a coisa certa, então tem muito pouca gente preocupada com isso.

Eu tenho plena convicção dessas medidas, e eu digo assim, de uma medida extrema de chegar ao ponto de ter que aplicar uma multa pecuniária, um valor contra um agricultor. Contudo, eu tenho bastante tranquilidade de falar nisso, porque se precisar assim agir, vai ser uma exceção e não regra, viu, Zé? A gente tem bastante tranquilidade e os trabalhos mostram. O Henrique mostrou isso, o Daniel mostrou isso nos trabalhos, tem de alguns colegas do Rio Grande do Sul, que não sei se já saíram, mas estavam aqui, e de Torres também –, a gente conseguiu perceber que realmente são menos de 5% dos produtores que acabam não adotando de maneira voluntária uma medida, só que colocam o interesse público em risco.Claro, essa previsão legal tem de existir, mas quem trabalha...

E aí eu faço um adendo ao serviço público privado por meio das cooperativas e às empresas de pesquisa e extensão aqui do Estado. Eles levam muita informação e conhecimento ao produtor, e hoje esse conhecimento, essa informação técnica de qualidade se reverte em excelência na produção. E isso é ganho. Portanto, com conhecimento, com informação, com assistência técnica de qualidade e com transparência, a gente avança na qualidade, avança na sanidade, avança no negócio.

Então, só para deixar registrado isso, sim, eu acho que vamos encaminhar dessa maneira. Zé, eu acho que foi muito pertinente a tua colocação, nós estamos de acordo. Tiraremos esse artigo, esse parágrafo, mas todos nós temos que estar atentos, porque de qualquer forma o Ministério Público tem a autonomia dele e pode exigir isso a qualquer tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** – Obrigado, Miotto, pelo esclarecimento. [*Transcrição: Felipe Pereira Bueno*]

A Cooperja é uma grande cooperativa, sempre estimulou muito a produção de maracujá, e eu gostaria de ouvir o nosso vice-presidente, o Antônio, se ele puder deixar uma mensagem para todos, mesmo que brevemente.

Passo a palavra ao senhor Antônio Moacir De Noni, vice-presidente da Cooperja, do Município de Jacinto Machado

**O SR. ANTÔNIO MOACIR DE NONI** — Boa noite a todos. Quero cumprimentar especialmente os nossos produtores que hoje estão aqui presentes. Eu acho que foi uma iniciativa que partiu dos nossos agricultores, dos produtores de maracujá, e o nosso Deputado acolheu a ideia através da Secretaria de Estado, que está aqui bem representada pelo nosso colega Ricardo.

Quero dizer que mesmo ouvindo várias colocações dos nossos colegas de mesa, hoje o carro-chefe da Cooperja ainda é o arroz, mas nós estamos trabalhando fortemente na parte da fruticultura também – maracujá e banana. E quanto ao que o Arlindo disse — acho que foi inicialmente —, é muito bom, porque quando vem de baixo eu acho que a tendência é ser mais produtivo.

A Cooperja também já vem tomando algumas medidas na parte sanitária, e como exemplo posso citar que nos últimos dois anos o maracujá que a Cooperja comercializou veio de lavouras de produtores que fizeram produção anual. Antigamente, nos anos anteriores, a gente recebia muito maracujá de lavouras com o segundo ou o terceiro ano de poda, e nos últimos dois anos a Cooperja comercializou maracujá de produção anual. Eu acredito que isso também ajude bastante a diminuir as doenças das lavouras, certamente, ainda tendo uma produção com mais qualidade.

Então, em nome do presidente Vanir Zanatta — hoje não está presente, pois tinha um compromisso fora do Estado —, eu quero deixar aqui o nosso agradecimento aos nossos engenheiros agrônomos que trabalham fortemente nessa área; aqui nós temos o Délcio, que é o nosso comandante especial na parte de comercialização e faz um trabalho forte em cima da fruta. Também quero dizer que estamos apoiando isso e que temos grandes parceiros, que são a Epagri, a Cidasc e os outros comerciantes aqui da região. Se essa medida que está sendo adotada hoje for para melhorar e dar mais venda ao produtor, a Cooperja é uma grande parceira.

Mais uma vez, obrigado pela iniciativa. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** — Obrigado, Antônio, pelas manifestações.

Passaremos para a última intervenção e, depois, encerraremos a reunião.

Passo a palavra ao senhor Jairo Erling, produtor rural do Município de Sombrio.

**O SR. JAIRO ERLING** — Boa noite a todos. Quero dizer que não sou muito bom com as palavras, não tenho treinamento, o meu treinamento é mais a campo.

Sou produtor de maracujá em parceria com o Marcelo Bendo e estamos bastante preocupados em relação à questão da virose do maracujá, por isso estamos adotando medidas severas para combater essa doença. E venho aqui representando os produtores para fazer um pedido ao nosso Deputado, que essa lei seja aprovada rapidamente, e pela seguinte questão: por exemplo, hoje a gente está entrando no vazio sanitário, mas já tem produtores plantando. Então, essas novas plantas vão adquirir o vírus, porque a lavoura não está isenta ainda, e vão contaminar as próximas lavouras de quem já está fazendo o trabalho correto. Assim, fica aqui o meu pedido para que se... é uma medida de urgência que a gente necessita. Temos poucos produtores fazendo de forma errada, a maioria está de parabéns, mas precisa de uma ferramenta que nos defenda, e com certeza é a lei.

Perante isso, muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** — Então, gente, eu quero agradecer ao Jairo, porque é importante ouvir quem está lá na lavoura, no dia a dia. Da mesma forma, agradeço a todos que se fizeram presentes, aos técnicos, ao pessoal do agronegócio, aos vários comerciantes, aos produtores, à Epagri, ao senhor Doval, o nosso técnico, o nosso colega extensionista, que está presente aqui.

Também desejo agradecer pela importante presença do Secretário Adjunto Ricardo Miotto, do Alexandre, que tem sido um grande parceiro, tem debatido com o Gil Marcos, com os nossos técnicos da Comissão de Agricultura, porque toda hora chega algo novo; dos nossos representantes aqui da Faesc, da Fetaesc, das cooperativas aqui bem representadas. Continuando, quero agradecer ao Caio, do Ministério da Agricultura, e já refazer o convite para estarmos em agosto lá em São Joaquim, a fim de discutirmos isso com o pessoal da maçã e também da área florestal. Agradeço a presença da Gislaine e de toda a equipe da Prefeitura, do Edson e dos colegas da Epagri, e do Arlindo, que representou as cooperativas juntamente com os demais presidentes.

Faço um agradecimento especial ao Janga e a todos os Vereadores de Sombrio, a toda a Câmara de Vereadores de Sombrio, que está prestigiando isso e sabe a importância que tem. Ainda desejo agradecer à equipe da Comissão de Agricultura e da área de comunicação da Assembléia Legislativa, que saíram hoje lá de Florianópolis, junto conosco, e estão aqui nos ajudando a organizar tudo.

Daqui vai sair uma ata, na qual estará registrado o pedido da aprovação e todos os depoimentos daqui solicitando essa legislação, que ela venha com urgência e que atenda aos requisitos da sanidade vegetal – é isso o que nós estamos levando daqui. Essa ata vai ser entregue para todos os membros da Comissão de Agricultura e, ouvidos os demais segmentos, vai ser entregue também para os demais Deputados. A ideia, no mês de agosto, é ouvir mais duas regiões e, a seguir, fazer um debate dentro da Comissão, levando o PL até final de agosto, mais tardar início de setembro, para aprovação do Plenário, e depois o Governador tem mais um período de trinta dias a quarenta dias para sancionar a lei. Mas aí eu sei que o Miotto vai aportar ao lado do Comandante Moisés... Aliás, corrigindo, o gabinete do Governador está acompanhando essa legislação, hoje encaminharam um ofício para a Comissão de Agricultura da Assembleia indicando que o Secretário Ricardo Miotto estaria neste ato representando o Governador Moisés. Então, isso mostra que há interesse também do governo do Estado. Todos nós estamos no caminho certo.

Eu gostaria de agradecer todas as manifestações e dizer que esse projeto é um processo coletivo; os produtores daqui, os produtores de banana do norte do Estado, têm procurado com preocupação as lideranças, a própria Assembleia Legislativa, em busca de uma legislação adequada para isso. As pessoas que têm conhecimento da importância disso, o governo do Estado e a Cidasc, iniciaram esse debate, mas com a participação de todos os segmentos eu tenho certeza que vamos construir uma lei moderna, avançada, que vai atingir o nosso objetivo, ou seja, proteger a nossa economia e os nossos empregos. É disso que nós falamos hoje. Quando nós pensamos em preservar a sanidade vegetal, pensamos em preservar a economia do nosso Estado, da nossa região, e o emprego das pessoas. São 2.000 hectares de maracujá em Santa Catarina e eu tenho certeza que na cadeia produtiva envolve mais de seiscentas famílias, setecentas famílias nesse caminho. Por isso eu quero agradecer a presença de vocês e nós seguimos à disposição de todos, o nosso gabinete e a Comissão de Agricultura, para sugestões.

Antes de encerrar, o Toninho quer fazer uma manifestação.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ PORTO —** Aproveitando a sua fala, no dia que for para aprovação na Assembleia, que nos seja comunicado, pois quem sabe a gente forma alguma...

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

...representantes, que eu acho que isso é importante, pelo menos ter alguém da área representando o produtor, somente as entidades, para a gente se fazer presente. Eu acho que faz um grande peso lá na hora da votação.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** — É uma ótima sugestão, só temos que te agradecer, vai ajudar bastante.

Então, gente, era isso. Eu quero agradecer a cada um de vocês pela participação e desejo colocar a Comissão de Agricultura e o nosso gabinete, como o de todos os Deputados-membro da Comissão de Agricultura, à disposição dos senhores. Às vezes surge uma ideia, Daniel, lá na frente, e pode ir passando (ainda temos até agosto para debater) para a gente ou para o próprio Secretário Ricardo Miotto; e ao Alexandre também, que está junto com o Gilmar Jacobowski, o nosso técnico da Comissão de Agricultura, e que no dia a dia estão debatendo esse assunto.

Quero agradecer mais uma vez e seguimos à disposição de todos, e nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a audiência pública.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*) (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Leitura Final: taquígrafa Siomara G. Videira*]

**DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER**

**PRESIDENTE**